

## Prefácio

*Fernando Santoro\**

Aristóteles é um dos mais importantes filósofos gregos, provavelmente o mais poderoso e influente deles. Sua herança para a tradição filosófica, científica, política, cultural e religiosa perpassa toda a história até nós, pelo mundo helenístico, árabe, europeu, ocidental, enfim. E sua influência deu-se tanto pelo que pensou e escreveu quanto pelas lacunas nos textos e os problemas que deixou por pensar. Nos tempos atuais, ainda mais que no passado, a sua provocação pensante está muito mais onde sua teoria apresenta problemas e ambigüidades, se não insolúveis, certamente de soluções as mais controvertidas. Em nosso tempo, Aristóteles não é o filósofo que explica a totalidade do mundo, como foi considerado por muitos séculos; contudo, sua presença continua penetrante em uma grande diversidade de domínios da ciência e da cultura. As questões que nos legou e que nos põem a pensar não são apenas problemas filológicos ou de interpretação da história da filosofia; são problemas que continuam relevantes a partir de uma perspectiva também atual e universal. O problema da diversidade dos métodos de conhecimento e a demarcação dos seus setores ou ciências; o problema da compreensão do funcionamento das linguagens naturais; a avaliação dos sistemas políticos e dos modos de existência; a determinação e classificação da vida e de seus organismos; esses e

---

\* Graduado em filosofia pela UFRJ e em literatura e civilização francesa pela Universidade de Nancy III, mestre e doutor em filosofia pela UFRJ, pós-doutor pela Universidade de Paris IV, Sorbonne. Professor do Departamento de Filosofia da UFRJ e coordenador do Laboratório Ousia de Estudos Clássicos. Autor de nove livros, entre os quais *Arqueologia dos prazeres* (Objetiva, 2007).

outros tantos problemas mantêm uma viva relevância filosófica, independentemente do seu legado histórico.

O estudo de Susana de Castro sobre *A teoria aristotélica da substância* aborda o coração do pensamento aristotélico, justamente nas passagens em que esse pensamento apresenta maiores problemas e nos deixa várias lacunas nas explicações. Por isso, foram as passagens que mais requisitaram a reflexão dos filósofos. As diversas abordagens e soluções trazidas ao longo dos séculos não apenas contribuíram para a exegese do Filósofo, mas desencadearam concomitantemente escolas e linhagens de pensamento cujos temas e questões ganharam autonomia em relação à própria obra de Aristóteles. Na interpretação desses textos, muitas vezes podemos perceber o próprio desenrolar da história ocidental: que temas e problemas interessam e são preferidos, que visões de mundo são colocadas em jogo, que saberes ou ciências concorrem para orientar as perspectivas de cada tempo. Isso se reflete inclusive nos conceitos que prevalecem e nas suas traduções, que passam a valer como vocabulário básico e fundamental da filosofia e das ciências.

Um conceito-chave que percorre tanto a compreensão do pensamento de Aristóteles como toda a filosofia ocidental, até nós, é o conceito de “substância” [*ousia*] também traduzido por “essência” (desde Cícero) ou, menos frequentemente, “entidade” [*entity*: Owens], “vigência” [*wesen*: Heidegger], “estância” [*étance*: Couloubaritsis] etc. A discussão de Susana de Castro não envereda pela problemática da tradução: ela usa o conceito na sua forma mais tradicional, tal como foi traduzido para o latim por Guilherme de Moerbeke, no século XIII, e difundido na filosofia medieval e moderna por Tomás de Aquino e as diversas e reiteradas sistematizações da Escolástica. Porém, ela não o usa para reforçar essa tradição interpretativa, mas justamente para ter em mira o problema que vai enfrentar. O termo substância disseminou-se não apenas na filosofia e na problematização ontológica por toda a modernidade, como também foi adotado pelas ciên-

cias setoriais, como a química, e pelo uso comum, no sentido de elemento ou composto homogêneo. Precisamente essa concepção é criticada pela autora, que demonstra que o próprio Aristóteles já discutia e se opunha a um tal tipo de interpretação do princípio de realidade, presente em filósofos como Empédocles e outros fisiólogos antigos. O que orienta a crítica de Aristóteles e o estudo de Susana de Castro é uma visada que tem por orientação menos os elementos e substratos homogêneos que se tornam objetos da química ou da fisiologia mais antiga do que o princípio vital que dá unidade ao organismo vivo, e que seria o objeto fundamental do que nós hoje chamamos biologia, mas que Aristóteles melhor chamaria de psicologia.

A alma [*psyché*], para Aristóteles, não é uma entidade transcendente nem um sujeito mental. É o princípio vital de todo organismo animado, desde as plantas até os deuses, de modo que melhor a denominamos “vida”. Para a autora deste estudo, somente uma visada desde a unidade vital dos organismos vivos é capaz de resolver a enormidade de problemas que a análise textual apresenta:

A aparente ambigüidade do texto [de Aristóteles] pode ser resolvida se assumirmos uma definição principal de substância, aquela que diz ser a substância a causa da unidade do composto orgânico.

A tal perspectiva não se chega sem passar por uma grande perplexidade, primeiro pela ousadia da visada, segundo pela forma como se vai fundamentando, não apenas na análise passo a passo de cada elo do problema, como também na visão total de mundo que daí se instaura. A ousadia aparece na aparente inversão do todo pela parte: ora, a substância [*ousia*] não é a visada mais universal sobre a totalidade do que é? Como diz Aristóteles, na *Metafísica*, quando propõe à pergunta mais universal “que é o ente [como ente]?” [*tì tò ón?*] a resposta: “Isto é a substância” [*toúto esti hè ousía*]. Se a substância é o que o ente como

ente é, então, como este sentido universal pode ser dado pela causa da unidade do composto orgânico, isto é, pela alma, pela vida? Somente os seres vivos são substâncias? O que dizer da totalidade dos outros entes que não são vivos?

Ora, Aristóteles de modo algum é um reducionista, de maneira que uma tal visada interpretativa, se ela pode ter fundamento, deve estar muito a par de toda a reflexão ontológica do filósofo e de como este discute o problema em si mesmo e em diálogo com o seu tempo. Justamente o grande diálogo filosófico que se trava na Antiguidade é entre as concepções ontológicas de Platão e as de Aristóteles. Para Platão, as substâncias são espécies, aspectos [*eide*] transcendentais e universais – mas Aristóteles recusa às substâncias o caráter universal e abstrato. Por outro lado, Aristóteles sabe que a teoria das idéias de Platão e a sua concepção de forma são indispensáveis para uma compreensão de substância capaz de suportar a determinação, a definição, a conceitualização do real, fazendo emergir os entes em suas identidades e diferenças. Como conciliar a possibilidade de fazer ciência e ter conhecimentos universais dos entes, aberta por Platão, e a crítica à sua separação ontológica do real em um mundo das coisas temporais e outro mundo das formas inteligíveis? Este desafio mobiliza a reflexão metafísica de Aristóteles pela determinação do sentido de substância.

Susana de Castro acompanha esse desafio em dois momentos especiais de seus percalços aporéticos e argumentativos: no tratado das *Categorias* e no livro Z da *Metafísica*. Acontece que, entre esses dois momentos, a teoria aristotélica da substância parece levantar contradições, se não ambigüidades insuperáveis. É que a maior parte da obra para o público (obra exotérica) não chegou até nós. Hoje conhecemos de Aristóteles, sobretudo, os textos de uso letivo internos ao Liceu (obra esotérica), os quais só foram publicados muito depois da morte do Filósofo, pelo último diretor do Liceu, Andrônico de Rhodes. Por isso, em com-

paração a outros prosadores gregos, Aristóteles parece hoje um autor difícil e muitas vezes truncado.

Nas *Categorias*, temos substâncias primeiras e segundas, das quais estas últimas são incluídas nos conceitos universais. No livro Z da *Metafísica* não há mais substâncias segundas, nem é aceita a universalidade da substância. No livro Z discute-se a substancialidade da matéria e do composto matéria e forma. Já nas *Categorias* não se discute a matéria. O estudo aqui apresentado procura ainda levantar, discutir e resolver várias outras aparentes discrepâncias – com uma visada original, com base nas observações biológicas e na concepção aristotélica de vida.

A tradição exegética contemporânea deve muito aos estudos filológicos e filosóficos acerca dos problemas de coerência doutrinária apresentados pela confrontação dessas duas obras de Aristóteles: as *Categorias* e os livros da *Metafísica* (particularmente o livro Z). Werner Jaeger, um dos pais do método de interpretação genética das obras filosóficas antigas, suscitou no início do século XX uma hipótese decisiva: não se deveria ler a totalidade da obra de Aristóteles como se esta constituísse um sistema perfeito, mas, visto ser uma obra em desenvolvimento, acompanhar as mudanças doutrinárias ao longo da vida reflexiva do filósofo. Propôs igualmente um método para datar as obras de Aristóteles. Conforme os tratados estivessem, em método e conteúdo, mais ou menos próximos da teoria das idéias de Platão, estariam igualmente mais ou menos próximos do tempo em que o autor conviveu na Academia. Segundo esse critério, as *Categorias* estariam, sem dúvida, entre as primeiras obras de Aristóteles, ao passo que o livro Z comportaria uma reflexão e uma doutrina já bem mais amadurecida. Ora, essa classificação ainda concorda com dados históricos e com a ordenação sistemática do *corpus* aristotélico, realizada pelo último dos licearcas, Andrônico de Rhodes. Entretanto, desde a publicação dessa teoria, em 1923, todo tipo de consideração genética foi feita em sentidos os mais diversos, de modo que, antes de solucionar o problema das dis-

crepâncias entre os livros, a obra de Jaeger acabou por promover muitas questões mais. O problema da coerência permaneceu aberto, ainda que dividido em duas vertentes: uma que apostava mais na separação das doutrinas e no viés de um desenvolvimento aporemático, qualquer que fosse o encaminhamento das soluções aristotélicas; outra que tendeu a seguir a tradição que buscava uma interpretação de maior coerência interna nas obras do Estagirita. O estudo de Susana de Castro opta claramente pelo segundo viés, buscando compor a unidade interna de um discurso em seus dois momentos de abordagem dos problemas.

Contudo, resta a decisão de fundo: que perspectiva orientadora é capaz de articular e dar unidade à decisiva teoria aristotélica da substância? O presente estudo, tradicional ao buscar a unidade e a sistematicidade da filosofia de aristotélica, é inovador e heterodoxo pela solução apresentada. Ora, sabemos que a interpretação mais tradicional do sistema filosófico de Aristóteles é a poderosa exegese de Tomás de Aquino. Trata-se de uma visada que Martin Heidegger chamou de onto-teo-lógica, e que, como tal, teria marcado toda a tradição ocidental que também denominamos de metafísica, a qual iria de Aristóteles a Hegel. Nessa visada, deus é o ente supremo, a substância em sentido mais alto, a plenitude do ser – como tal, tudo o mais que pudesse ser chamado de substância derivaria dele o seu sentido mais essencial. A onto-teo-logia aristotélica também se configuraria como uma teleologia, visto que deus seria também a meta [*télos*] de toda a natureza. Assim, as formas substanciais se consumam na plenitude da atualidade pura de deus, mas estão compostas com a matéria enquanto móveis no desenvolvimento de suas naturezas. E as formas ou espécies universais que também são chamadas de “substâncias segundas” são abstrações semelhantes às “substâncias primeiras”, mas presentes no pensamento e no discurso dos homens. Os homens podem pensar conceitos em formas semelhantes às formas das coisas e dizer as coisas com “substantivos comuns” porque, quando se adaptam à verdade,

são a imagem do pensamento de deus que pensa a atualidade de todo o real quando pensa a si mesmo. Com tais traços iam esboçando as linhas gerais de um sistema de compreensão do mundo de longa vigência.

A metafísica ocidental vai assim tradicionalmente ligar o conceito de substância ao conceito de ser divino, seja de um ponto de vista teleológico (meta do que é móvel), seja de um ponto de vista genealógico (criador da criatura), seja de um ponto de vista hierárquico (mais substancial, mais pleno de Ser), seja até de um ponto de vista radical como o de Bento Espinosa, para quem deus é a única substância e tudo o mais não passa de modos dessa substância.

A resposta tradicional vai, portanto, buscar as soluções dos problemas encontrados no Tratado das Categorias ou no Tratado da Substância (se admitimos uma unidade investigativa da substância no núcleo dos livros ΖΗΘ da *Metafísica*), lá no Tratado de Teologia, o livro λ da *Metafísica*. É precisamente este o sentido da expressão onto-teo-logia: deus [*theós*] é o fundamento que pode articular o discurso categorial [*lógon*] humano com a realidade dos entes [*ontôn*]. O presente estudo visa a buscar uma coerência interna suficiente na articulação do Tratado de Ousiologia dos livros centrais da *Metafísica* de Aristóteles – que *prescinda da articulação com a substância divina* – pelo menos quanto à própria substancialidade, isto é, para o *ente como ente*.

A *teoria aristotélica da substância* vai buscar o sentido orientador da idéia de substância não no aspecto divino [*theós*], mas no aspecto vital [*psyché*]; por isso, este estudo propõe uma orientação da investigação da substância [*ousia*] não como onto-teo-logia mas como onto-psycho-logia – ressaltando-se sempre que não está em jogo aqui nenhuma concepção psicológica no sentido moderno, mas uma visão do real a partir do sentido originário grego para a vida [*psyché*], ou conforme a definição de substância proposta por Susana de Castro: “A causa da unidade do composto orgânico.”

A pergunta que colocamos neste prefácio da obra, e que tentaremos responder também como convite ao leitor para acompanhar os passos argumentativos da autora, é precisamente esta: por que trocar o princípio articulador tradicional, deus, por este outro, vida?

A resposta, na verdade, é dupla e não se restringe à mera exposição da metodologia ou da linhagem de discussão do problema. A autora, dentre um leque inesgotável de caminhos interpretativos (e não há corrente filosófica contemporânea que não tenha se debruçado sobre esse problema capital e primeiro para a filosofia), dentre tão variado leque, escolheu discutir junto a uma vertente anglo-saxônica, cuja interpretação expoente parte de Montgomery Furth e sua obra decisiva *Substance, Form and Psyche: on Aristotelian Metaphysics*, de 1988. Sem dúvida, a metodologia constrói uma argumentação coerente – e Susana de Castro o demonstra com cuidado especial: como a concepção vital da substância é capaz de resolver de modo adequado e melhor do que outras perspectivas a série de aporias postas pelo próprio Aristóteles às concepções anteriores de substância (sobretudo a platônica) e as lacunas interpretativas rastreadas pelos leitores e comentadores mais recentes, por mais exigentes que sejam do ponto de vista analítico.

A dupla resposta que aqui sugerimos não é sobre a metodologia, mas sobre as bases que estruturam a perspectiva, o ponto de vista que perpassa toda a argumentação, como uma sombra sempre presente, mas quase invisível. Por que apresentar a idéia de “vida” como o mais determinante para a constituição substancial? A resposta é dupla. De um lado, a endereçamos a Aristóteles, como historiadores da filosofia: por que teria ele privilegiado esta compreensão vital? De outro lado, fazemos a pergunta à autora do presente estudo e ao nosso mundo intelectual do século XXI: por que a “vida” se revela para nós, contemporâneos, como uma interpretação satisfatória da idéia de substância, pelo menos mais satisfatória do que a resposta teológica?



A pergunta deixa de ser histórica para ser reflexiva, voltada sobre nós mesmos.

Que Aristóteles tenha uma visada dos fenômenos biológicos e ligados à arte medicinal é um fato bastante assentado. Seu pai foi autor de obras de medicina e de conhecimentos naturais, portanto não apenas um conhecedor empírico dos tratamentos, mas também um teórico da natureza, um *físico*, como dirá o Filósofo, e teve importante influência na sua formação pré-acadêmica. No desenvolvimento de suas investigações naturais, Aristóteles não apenas se interessou pelo fenômeno da vida, como inaugurou a biologia, a visão funcional dos organismos vivos, a ordenação e classificação das espécies, a análise da vida em suas diversas capacidades desde as mais básicas, ligadas ao crescimento e à reprodução, até as mais especiais, como a capacidade intelectual. Também o legado científico de sua escola, o Liceu, multiplicou-se pelos diversos estudos empíricos – de que a busca por diferentes espécies de seres vivos marcou tanto o interesse pela descoberta das diferenças quanto os métodos de investigação científicos. Sem dúvida, Aristóteles foi o filósofo antigo que mais se importou com a demarcação das diferenças e das relações entre os seres vivos, e nesse campo precisou desenvolver um instrumental conceitual adequado e mais complexo do que para qualquer outro fenômeno da natureza. Não é de estranhar que a sua compreensão universal das substâncias fosse suficientemente articulada para dar conta dos entes mais complexos, e é de esperar que os demais entes ficassem igualmente bem determinados no seio de uma tal teoria. Além do mais, a compreensão grega de natureza, ligada essencialmente ao problema do movimento, requisita para o teórico um olhar mais para sua dinâmica, sua vida, do que para substratos permanentes ou formas estáveis. Os conceitos ontológicos e científicos de potência, de atualidade, a estrutura explicativa causal – tudo isso leva a uma perspectiva em que o fenômeno da vida é uma orientação constante. Com tudo isso, a tese aqui apresentada ainda é mais radi-

cal: a vida não seria apenas o fenômeno orientador da visada ontológica aristotélica, mas apenas os vivos seriam as substâncias em sentido primordial! Prestemos atenção a esta idéia e deixemos Susana de Castro apresentar suas razões.

Por que é dado a nós, homens do terceiro milênio, o interesse por resgatar uma antiga teoria ontológica que tem por orientação o fenômeno da vida? A crise da tradição metafísica consolidada no século XX a insuficiência e mesmo a desvalorização de uma compreensão substancial fundada em valores como eternidade, bondade, verdade, perfeição. Deus já não é um requisito para as explicações científicas ou para as visões de mundo e para as filosofias contemporâneas. O homem atual forçou-se a se contentar com sua dimensão humana finita, com um conhecimento que, mesmo crescente, é sempre provisório e imperfeito, com uma moral que é construída no jogo das diferenças culturais e sem padrões absolutos, com um mundo sem esperanças de eternidade ou salvação.

Contudo, as ciências setoriais não chegaram a alcançar a substituição da eternidade divina pela determinação científica e, longe de uma promessa de domínio da natureza pelo homem, a aventura do conhecimento abriu novos horizontes de mistério, sobretudo no campo das ciências biológicas – renovado na biofísica, na genética, nas neurociências. Novos horizontes de conhecimento abrem zonas de reflexão não apenas no âmbito do conhecimento teórico, como também das técnicas e da problematização ética e existencial. A própria concepção de vida está em vivo e efervescente momento de reflexão. É sintomático que, para interpretar doutrinas e teorias ontológicas antigas, venhamos a recorrer a conceitos das neurociências e da filosofia da mente, como o conceito de “superveniência”, como o faz Susana de Castro – em plena sintonia com o mundo intelectual contemporâneo. Sintoma de que a obra de Aristóteles continua provocadora e atual, a ponto de nos deixar mais orientados nos desafios de nosso tempo. Sintoma de que, liberados de uma so-

brecarga de tradição religiosa milenar, podemos voltar a conhecer uma experiência de natureza e de mundo que perceba nos fenômenos mais próximos o mistério, a beleza e a vida.

O livro *A teoria aristotélica da substância* é a versão em português da tese de doutorado que Susana de Castro, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendeu na Faculdade de Filosofia, Teoria da Ciência e Estatística da Universidade de Munique, em 2002, com o título *Substanz als Ursache der Einheit eines organischen Kompositums* [Substância como causa da unidade do composto vivo]. Tese que acresce à pesquisa contemporânea acerca da recepção atual da filosofia de Aristóteles – em contínuo desenvolvimento nas universidades, assim como nos mais diversos meios de ciência e reflexão intelectual.

Araras, março de 2008